# Ebape, a escola que faz escola: 50 anos

## Pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*

Jorge Gustavo da Costa

"Desde a época que conceberam a Fundação Getulio Vargas, Luiz Simões Lopes e a equipe por ele liderada incluíam em suas cogitações a criação de órgãos de ensino superior de administração pública e privada.

Em 1947, ao reorganizar seu plano de trabalho, essas cogitações se transformaram em metas expressas — a constituição da Escola de Administração e da Escola de Administração de Negócios.

Três fatos importantes ocorreram neste triênio para acelerar a concretização dessas metas.

Em 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas, reunida em Paris, aprovou o Projeto de Resolução nº 246, apresentado pela delegação do Brasil, cometendo à ONU o encargo de estabelecer e executar um programa internacional de assistência técnica, voltado para o ensino e o estudo da Administração.

A apresentação e aprovação desse projeto não foi obra do acaso. O presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, aceitara o convite para integrar o Conselho Internacional do Serviço Civil, órgão de assessoria do Secretário-Geral das Nações Unidas.

A esse mesmo tempo, três ocupantes da carreira de Técnico Administrativo do Dasp — Astério Dardeau Vieira, Benedicto Silva e Cleantho de Paiva Leite — estavam servindo no Secretariado Internacional das Nações Unidas.

Ganhara corpo, assim, a idéia de viabilizar a criação de um estabelecimento de ensino de Administração Pública, com o patrocínio das Nações Unidas. Os dados decisivos foram o apoio de Roberto de Oliveira Campos, então Assessor da Delegação Brasileira junto à ONU, e a intervenção do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a favor do projeto.

Em meados de 1949, a FGV conseguia um importante avanço: as Nações Unidas patrocinavam, nos dias 24 e 25 de junho daquele ano, uma mesa-redonda para discutir a criação de uma escola superior de Administração Pública no Brasil.

A mesa-redonda, realizada em Lake Success, foi presidida por Georges Palthey, Diretor do Departamento de Pessoal da ONU, e contou com uma participação significativa: o Embaixador João Carlos Muniz, Chefe da Delegação Brasileira junto à ONU; os diretores do Bureau de Orçamento do Governo dos Estados Unidos, da Public Administration Clearing House, de Chicago, e do Instituto de Adminis-

* Extraído do livro *Fundação Getulio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional* (2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1998).

tração Pública, de Nova Iorque; oito catedráticos de administração das principais universidades americanas; e mais quatro brasileiros — Themístocles Brandão Cavalcanti, Luiz Alves de Mattos, Astério Dardeau Vieira e Cleantho de Paiva Leite. Benedicto Silva, um dos mais entusiastas defensores do projeto, estava ausente dos EUA, em missão especial da ONU.

Por fim, de junho a dezembro de 1949, Luiz Alves de Mattos, Diretor do Departamento de Ensino da FGV, empreendeu, ainda com o patrocínio das Nações Unidas, uma viagem de observação a 25 universidades americanas que mantinham escolas de Administração Pública.

O relatório do Prof. Luiz Alves de Mattos constitui-se em contribuição fundamental na cadeia dos eventos que culminariam com a criação, na FGV, da Escola Brasileira de Administração Pública.

Assim trabalhava a FGV, com a paciência e a pertinácia de quem semeia e cultiva planta secular. Assim dava a FGV um grande salto para o futuro, firmando, ainda nessa fase de consolidação, as bases de um prestígio internacional que cresceria consistentemente ao longo de seus 40 anos.

Caracterizamos a década de 50 como a que marcou a grande expansão das atividades da Fundação Getulio Vargas. Focalizamos a Escola Técnica de Comércio e o Colégio Nova Friburgo como iniciativas precursoras, na área de ensino, desencadeadas, como explicamos, enquanto se articulavam os apoios necessários aos dois projetos a que a FGV aplicou seus maiores empenhos: uma escola superior de administração pública e outra congênere de administração de negócios.

Fundamental para a implantação desses dois projetos foi a constituição, a 21 de março de 1951, do Instituto Brasileiro de Administração. Sua direção foi confiada ao Prof. Luiz Alves de Mattos, que, como aludimos, comissionado pela Organização das Nações Unidas, fizera em 1949 um levantamento sobre o ensino e a pesquisa em Administração nas principais universidades dos EUA e nos mais destacados institutos de Administração.

Encarregou-se o IBRA da organização do primeiro Curso Intensivo de Administração Pública, realizado de novembro de 1951 a março de 1952, bem como da realização do I Seminário Internacional de Administração Pública, de fevereiro a março de 1952, ambos sob os auspícios das Nações Unidas. Estas foram, por assim dizer, as atividades preliminares da Escola Brasileira de Administração Pública, que teve sua aula inaugural a 15 de abril de 1952.

Com este ato solene, a Fundação Getulio Vargas avançava um passo importante no cumprimento do acordo firmado entre o Governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas, do qual era mandatária, em que as partes se obrigaram à cooperação mútua para criar no Brasil uma escola superior de Administração Pública.

Uma das primeiras manifestações concretas, por parte da ONU, da cooperação à escola que se criava foi o envio ao Brasil, ainda em 1951, para apoiar a iniciação dos programas de ensino nas áreas administrativas, do grupo precursor da Missão de Professores, que se manteria entre nós por quatro anos. Concomitantemente, primeiro com o apoio da ONU e logo em seguida do Governo norte-americano, a EBAP iniciou a formação, no exterior, de seu próprio quadro de professores.

Os objetivos expressos da EBAP foram delineados por Luiz Simões Lopes em aula inaugural: descobrir e lapidar o talento administrativo, onde quer que ele se

manifestasse no Brasil; formar equipes de administradores modernos de que careciam os governos federal, estadual e municipais; forjar os especialistas em planejamento, em organização e em coordenação, de que o serviço público tão vitalmente necessitava; conferir títulos que não tivessem apenas valor acadêmico, mas, sobretudo, um conteúdo pragmático, valendo como garantia da prática diária, de aplicações concretas aos problemas da vida administrativa.

Os objetivos implícitos e adjacentes da EBAP, entretanto, se interpenetraram com os próprios motivos da criação da Fundação Getulio Vargas, como sucessora de uma ideologia de aperfeiçoamento governamental, que ganhara seus primeiros contornos na Comissão do Serviço Público Civil e se cristalizou no Departamento Administrativo do Serviço Público. Vale dizer: uma ideologia de aperfeiçoamento governamental que teve em Luiz Simões Lopes seu consistente e militante patrono. Neste sentido, o objetivo da EBAP era constituir-se numa "escola de governo", num centro de formação e aperfeiçoamento onde um governo, cada vez mais profissionalizado, fosse buscar os seus dirigentes para os escalões administrativos de seus grandes departamentos programáticos e os assessores técnicos para as funções superiores de planejamento e coordenação.

É lícito, assim, associar-se a origem da EBAP ao próprio ideário que inspirou a criação da Fundação Getulio Vargas e caracterizou, como seu primeiro ensaio, os Cursos de Administração instituídos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1941, sendo estes pioneiros no gênero na América Latina.

As vicissitudes e o academicismo do sistema educacional brasileiro, de um lado, e do outro os próprios rumos do Governo, que caminha mais lentamente no sentido da profissionalização que seus pesados encargos lhe exigem, fizeram adiar, entretanto, a criação de uma escola de governo, em sua acepção plena.

Assim, a EBAP dedicou seus 10 primeiros anos a um relevante esforço para introduzir no Brasil o ensino universitário regular e sistemático de Administração.

Esse esforço foi coroado quando, passados 10 anos, em 30 de maio de 1962, obteve seu reconhecimento oficial, por decreto do Presidente da República. Por seu turno, esse reconhecimento custou à FGV, por intermédio de sua Escola, sobrepujar desafios hoje totalmente esmaecidos pelo tempo. Compor o currículo do Curso Superior de Administração; formar e manter um quadro docente; elaborar material bibliográfico; introduzir disciplinas de conteúdo e aplicações novas no contexto brasileiro; conquistar um lugar no quadro profissional de nível superior foram tarefas obrigatórias, que demandaram muita aplicação e considerável criatividade.

Provavelmente, àquela época, a tarefa ainda mais difícil consistia em recrutar um alunado disposto a investir numa carreira então indefinida.

A conquista desse reconhecimento pela EBAP desempenhou papel que não fora propriamente premeditado, e que, de alguma forma, passaria a ser uma de suas maiores contribuições ao ensino da Administração no país: a rápida multiplicação de cursos, escolas e institutos de Administração, em todo o território nacional, quer nas universidades oficiais, quer nos estabelecimentos privados.

Foi na EBAP que a Fundação realizou, com grande arrojo, sua segunda iniciativa de porte na concessão de bolsas de estudo.

De um lado, os cursos intensivos de administração, ministrados a partir da experiência piloto de novembro de 1951 a março de 1952, e destinados a servidores públicos brasileiros e hispano-americanos.

Assim, já no primeiro período de 10 anos, com apoio das Nações Unidas, do Governo federal e de Governos estaduais, a EBAP concedera para esses cursos cerca de 3.200 bolsas.

Por outro lado, foi um programa de bolsas da mesma forma ousado que garantiu o alunado do Curso de Graduação da EBAP e deu-lhe durante seus primeiros 10 anos um cunho de escola efetivamente nacional.

Com o apoio da então Prefeitura do Distrito Federal, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — hoje Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia —, do governo do Estado de Goiás, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco, e com uma substancial contrapartida do orçamento da própria Fundação Getulio Vargas, foi possível à EBAP trazer ao Rio de Janeiro centenas de jovens brasileiros, de todos os estados e de alguns territórios. A esses jovens dava-se a oportunidade de cumprirem um programa de formação superior, sendo, na realidade, pagos para estudar.

A EBAP foi precursora, assim, no sistema universitário brasileiro, do projeto para o estudante de tempo integral e, posteriormente, do estágio remunerado.

Foi também por intermédio da EBAP que a Fundação passou a dar maior dimensão à sua participação internacional. O acordo firmado com as Nações Unidas, que fazia da Fundação um centro de treinamento latino-americano em Administração, ao mesmo tempo que propiciou a vinda de especialistas estrangeiros para formar o quadro inicial de professores nas áreas técnicas, criou oportunidade para o envio ao exterior, para especialização, do primeiro contingente de professores recrutados no Brasil para integrar o corpo docente da EBAP.

A esse primeiro contingente foram acrescidos outros, graças ao programa de assistência técnica do Governo norte-americano que, iniciado em 1953, desenvolveu-se praticamente sem interrupção por mais de 20 anos.

Ainda graças ao esforço conjunto da Organização das Nações Unidas e da Fundação Getulio Vargas, 286 funcionários categorizados de todos os países das Américas participaram, entre 1952 e 1958, dos Cursos Intensivos de Administração Pública da EBAP.

A concordância desses países, primeiro em enviar seus funcionários que ocupavam postos elevados, sem conhecimento prévio da qualidade dos cursos, e depois em manter sua representação nesses cursos e até procurar aumentá-la nos subseqüentes, representava uma grande conquista e um inquestionável reconhecimento para uma instituição que mal completava seu primeiro decênio de atividade.

Queremos sugerir que foi a expansão por intermédio de um intensivo programa de publicações, de seu ideário e dos conhecimentos que reuniu, catalogou e sistematizou para viabilizar o ensino de administração a estudantes brasileiros e de fala espanhola.

Em raras outras oportunidades a Fundação sugeriu ser tão prolífera e generosa em dotar o país de material bibliográfico especializado em língua portuguesa.

Quase que concomitantemente foram lançadas, em 1954, as duas séries *Biblioteca em Administração Pública* e *Cadernos de Administração Pública*. Em 1966, a Biblioteca integrava 12 títulos e os Cadernos atingiam a significativa soma de 67 títulos.

A EBAP acompanhou, assim, no período que compreendeu a década de 50 e início dos anos 60, o surto de crescimento da Fundação, dando-lhe uma contribuição ponderável.

Como ocorreu com outras unidades da Fundação, vencida essa fase de expansão e, por isso mesmo, de grandes desafios e freqüentes crises de ajustamento, a EBAP estava preparada para o estágio seguinte — de cristalização de seus objetivos, métodos e atividades."